

Guerra espacial em Brasília

O novo governador do Distrito Federal assume com alguns problemas: os mais altos custos de transportes do Brasil e níveis de segregação sócio-espacial somente comparados aos da África do Sul. Todos são problemas do mau uso do solo.

DESDE sua implantação, as atitudes com relação à organização territorial de Brasília e do quadrilátero do Distrito Federal têm-se caracterizado, basicamente, pelas ações pontilhistas, buscando-se acomodar os interesses de grupos em face de um cenário de abundância territorial, baixos custos energéticos, e uma população reduzida e de alta concentração do poder. Aquela suposta fartura de solo aliava-se a sensação de que a fricção do espaço era nula, desprezando-se, por isso, todas as preocupações com os graves problemas de transportes daí decorrentes; a urbanização proliferava com pródigo consumo de áreas, ao passo que as cidades-satélites eram lançadas a enormes distâncias, por sobre imensos vazios, sem levar em conta as penalidades impostas às suas populações, na maioria, de baixa renda.

Com o tempo a situação inverteu-se. Desenvolveram-se pressões de todas as órdens, devido aos extraordinários fluxos migratórios dos anos 70-80. Acrescentou-se a isto a elevação brutal dos preços dos óleos combustíveis, impondo altos custos de transportes. Adicione-se, ainda, a crise econômica atual, que vem enxugando as receitas destinadas a gastos com

urbanização e pode-se ter um quadro geral das mudanças operadas.

Observam-se, hoje, no Distrito Federal situações problemáticas da distribuição espacial das atividades que para seu esquacionamento correto reclamam uma reorientação das tendências da ocupação do solo, sob o risco de se verem comprometidas, precocemente, as condições para o desenvolvimento.

Os problemas de uso do solo no Distrito Federal podem ser classificados, para fins analíticos, em três grupos:

1. altos níveis de segregação sócio-espacial;
2. excessivos custos de transportes;
3. ocupação descontrolada e descontínua de terras.

As origens deles devem ser buscadas na confluência de políticas e ações do Governo local adotadas anteriormente ou atualmente. A proliferação das cidades satélites obedeceu a critérios vagamente formulados. Em conseqüência podemos observar a geração de uma rede viária vastíssima, cobrindo enormes distâncias, com baixa densidade habitacional.

Os resultados mais alarmantes foram os mais altos custos de transportes do Brasil e níveis de segregação sócio-espacial somente comparados aos da África do Sul! Essa situação não só o-

nera a parcela da população de baixa renda, dependente dos transportes públicos, como também impede o acesso a bens e serviços de natureza pública ou privada, ocasionando mais uma rebaixa em seus níveis de qualidade de vida. Acresce o fato de que o isolamento restringe também o acesso a fontes de empregos informais, o que acarreta mais um impacto negativo na geração de suas rendas familiares.

Em 1977 o Governo do Distrito Federal elabora o Plano Estrutural de Organização Territorial — PEOT, que reconhece a existência de uma demanda habitacional reprimida e favorece uma maior oferta de áreas residenciais, mas insiste e oficializa virtualmente a política segregacionista, mantendo as populações de baixa renda afastadas, para a "limpeza visual" de Brasília.

O crescimento das atividades agropecuárias e de outras, pseudorurais, não prossegue sem fortes contradições. Orientadas para atender aos interesses da classe empresarial, sua expansão coloca em xeque os estoques de terras urbanizáveis, necessárias para o crescimento.

De fato, as políticas de arrendamento de terras públicas, na prática, entregam o patrimônio territorial a particulares, com graves consequên-

cias para as futuras necessidades de Brasília.

Manifesta-se, hoje, uma crescente incapacidade do Governo manter efetiva uma estratégia de uso do solo baseada na sua propriedade do solo.

Os posicionamentos teóricos relevantes a essas questões dizem respeito à contraposição de dois modelos de uso do solo antagônicos. De um lado, uma posição racionalista que preconiza o zoneamento funcionalista de usos exclusivos, e que busca justificação em uma visão idealizada de ordem e em razões de cunho tecnológico. De outro lado, uma visão historicista e contextualista que convive com a simultaneidade de usos e reconhece um processo dinâmico, gradualista de ocupação/modificação da paisagem territorial, em decorrência da riqueza de situações novas que surgem do jogo imprevisto de legítimos interesses humanos.

Brasília, a cidade planejada é bem a expressão do primeiro caso. Sendo usada como referência paradigmática, implícita ou explicitamente, não só para o desenho das cidades satélites como também para as tentativas de planejamento do Distrito Federal: as indústrias aqui, os serviços acolá, os trabalhadores mais ao longe, e assim por diante, num minucioso dispor de

usos permitidos e proibidos, até atingir-se a um estado de organização territorial estático, de tipo paramilitar. Ao lado disso, argumentos de ordem técnica, de preservação ecológica das águas do Lago Paranoá foram suficientes para promover o esvaziamento populacional de sua bacia de contribuição, empurrando as cidades satélites para distâncias superiores a 25-30 km de Brasília. Sem que, em contrapartida, tenham sido feitos estudos de "preservação" das próprias populações humanas que seriam deslocadas ou assentadas naquelas paragens. Parece evidente que seria mandatório que se procedessem análises comparativas entre custos de transportes e custos de tratamentos dos resíduos. Mas isto nunca foi feito.

O que sugere, portanto, que razões outras, de natureza ideológica, segregacionistas, serviram de suporte adicional ou mesmo fundamental, às idéias funcionalistas do modelo racional.

No final das contas, por ironia, as águas do lago estão notoriamente poluídas, por falta de tratamento adequado dos lançamentos, em que se destacam as contribuições dos assentamentos de alta renda às suas margens, e por desastradas medidas de recuperação ecológica. O primeiro

exemplo, talvez, de dissensão tecnológica brasiliense.

Urge, portanto, que se passe a adotar uma responsável política de estruturação espacial com as finalidades de preservação daqueles aspectos requeridos para a cidade de Brasília como capital da República, bem como para assegurar níveis de qualidade de vida condignos com os vários segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que ofereça as melhores condições para o desenvolvimento de todas as atividades levadas a efeito em seu território, de acordo com as prioridades estabelecidas.

Para isso, torna-se necessário que se promovam aprofundados estudos e análises sobre as forças que competem por ocupações de solo, com vistas à construção de um processo contínuo de planejamento que atenda aos fins sociais estabelecidos.

As vésperas da indicação do novo Governador do Distrito Federal, espera-se que a nova equipe dirigente seja sensível a essas questões cruciais a um governo democrático.

JOSÉ GALBINSKI

Professor da UnB e PhD em Planejamento Urbano pela Universidade de Cornell